

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Oitis 1 Energia Renovável S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Oitis 1 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oitis 1 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

OITIS 1 ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	0
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	18
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	18
6. RESULTADO FINANCEIRO	19
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	19
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	21
10. IMOBILIZADO	21
11. FORNECEDORES	22
12. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	22
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

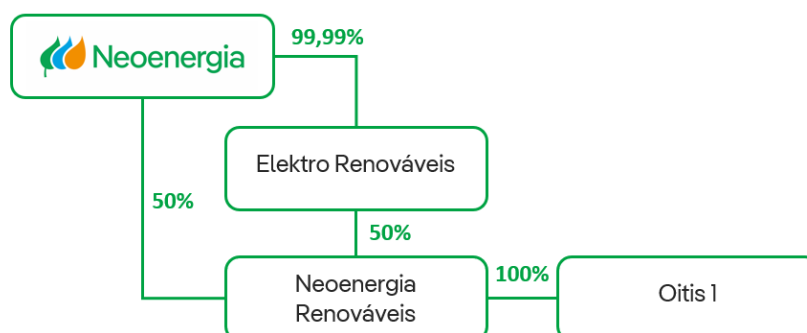
Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Oitis 1 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. OITIS 1

A companhia Oitis 1 Energia Renovável S.A. ("Oitis 1") é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja totalidade das ações pertence à companhia Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). O Parque Eólico Oitis 1 é um dos 12 parques que compõem o Complexo Oitis, localizado nos estados do Piauí e da Bahia.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária de Oitis 1 era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Oitis 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria N° 436, de 28 de novembro de 2019, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 02 distribuidoras do setor de energia elétrica, para 30% de sua capacidade, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2023 e vigência até 31 de dezembro 2042. O Parque terá os outros 70% de seu potencial de energia comercializada no mercado livre de energia.

Oitis 1 conta com a implantação de 09 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,5 MW. No ano de 2025, o Parque Eólico estava em operação comercial e durante esse período gerou 200.372 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação %
Receita Operacional Bruta	52.121	40.776	27,82
Receita Operacional Líquida	50.005	39.073	27,98
Lucro Operacional	13.838	18.647	(25,79)
EBITDA	24.640	26.252	(6,14)
Resultado Financeiro	4.312	3.335	29,30
Lucro Líquido	15.119	19.435	(22,21)
Margem Operacional (%)	27,67%	47,72%	(20,05)
Margem EBITDA (%)	49,28%	67,19%	(17,91)
Margem Líquida (%)	30,23%	49,74%	(19,51)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/25	dez/24	Variação %
Ativo Total	234.961	241.469	(2,70)
Patrimônio Líquido	220.779	222.175	(0,63)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	15.119	19.435	(4.316)	(22,21)
Receitas financeiras (B)	4.263	3.620	643	17,76
Despesas financeiras (C)	54	(285)	339	(118,95)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(5)	-	(5)	-
Imposto de renda (E)	(3.031)	(2.547)	(484)	19,00
Depreciação e Amortização (F)	(10.802)	(7.605)	(3.197)	42,04
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	24.640	26.252	(1.612)	(6,14)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

Em dezembro de 2025, a Companhia não possuía compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 13.414 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Oitis 1 Energia Renovável S.A. (“Oitis 1”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Oitis 1 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Oitis 1.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Oitis 1 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	50.005	39.073
Custos		(39.203)	(20.037)
Custos com energia elétrica	4	(23.628)	(8.751)
Custos de operação	5	(15.575)	(11.286)
Lucro bruto		10.802	19.036
Outras despesas gerais e administrativas	5	3.036	(389)
Lucro operacional		13.838	18.647
Resultado financeiro	6	4.312	3.335
Receitas financeiras		4.263	3.620
Despesas financeiras		54	(285)
Outros resultados financeiros, líquidos		(5)	-
Lucro antes dos tributos		18.150	21.982
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(3.031)	(2.547)
Corrente		(3.031)	(2.547)
Lucro líquido do exercício		15.119	19.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.119	19.435
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	15.119	19.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.119	19.435
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	10.802	7.605
Tributos sobre o lucro	3.031	2.547
Resultado financeiro, líquido	(4.312)	(3.335)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(2.479)	(198)
Fornecedores e contas a pagar	(1.828)	(4.012)
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(827)	(588)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(510)	(479)
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.873)	(10.715)
Caixa gerado nas operações	15.123	10.260
Rendimento de aplicação financeira	4.257	3.610
Tributos sobre o lucro pagos	(2.209)	(1.718)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	17.171	12.152
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(404)	(3.741)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(4.056)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.327	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.133)	(3.741)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Remuneração paga aos acionistas	(17.540)	(6.404)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(17.540)	(6.404)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(1.502)	2.007
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.399	28.392
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.897	30.399
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar	-	(6.320)
Provisão para desmantelamento	2.417	23
Provisão ambiental	743	854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.897	30.399
Contas a receber de clientes e outros	9	8.682	6.203
Títulos e valores mobiliários		764	-
Outros ativos circulantes		3.995	175
Total do circulante		42.338	36.777
Não circulante			
Depósitos judiciais	12.1	77	72
Imobilizado	10	191.332	203.562
Intangível		1.214	1.058
Total do não circulante		192.623	204.692
Total do ativo		234.961	241.469
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	7.823	9.651
Tributos sobre o lucro a recolher		362	379
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		254	260
Dividendos a pagar	13.2	3.591	4.617
Provisões e outras obrigações	12	838	322
Outros passivos circulantes		300	274
Total do circulante		13.168	15.503
Não circulante			
Provisões e outras obrigações	12	987	3.767
Outros passivos não circulantes		27	24
Total do não circulante		1.014	3.791
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	13	220.779	222.175
Total do patrimônio líquido		220.779	222.175
Total do passivo e do patrimônio líquido		234.961	241.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva para Investimento			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		172.501	3.257	33.492	-	12.924	222.175
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.119	-	15.119
Aprovação de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(12.924)	(12.924)
Destinações do Lucro Líquido:							
Constituição de reservas de lucros	13.3	-	756	718	(1.474)	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2	-	-	-	(13.645)	10.054	(3.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		172.501	4.013	34.210	-	10.054	220.779
Saldos em 31 de dezembro de 2023		172.501	2.286	32.569	-	-	207.356
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.435	-	19.435
Destinações do Lucro Líquido:							
Constituição de reservas de lucros	13.3	-	971	923	(1.894)	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2	-	-	-	(17.541)	12.924	(4.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		172.501	3.257	33.492	-	12.924	222.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Oitis 1 Energia Renovável S.A. (“Oitis 1” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, Sala 301 Parte, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, constituída em 24 de junho de 2019, controlada integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A.

A Oitis 1 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria N° 436, de 28 de novembro de 2019, expedida pelo Ministério de Minas e Energia.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria. Oitis 1 conta com a implantação de 09 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,5 MW e teve início de entrada em operação comercial em 18 de agosto de 2022 com 100% de sua energia comercializada no ambiente livre nesse período.

O Parque Eólico firmou contrato de venda de energia com 02 distribuidoras do setor de energia elétrica, para 30% de sua capacidade, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de janeiro de 2023 e vigência até 31 de dezembro de 2042. O Parque comercializa os outros 70% de seu potencial de energia no âmbito do mercado livre de energia.

1.1 Gestão de Riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

OTIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.3 Risco associados à geração de energia

A energia comercializada pela Companhia depende das condições e variações do recurso eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio.

1.1.4 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	178.084
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	44.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	178.084
Veículos – Operacional	31/05/2025 a 31/05/2026	1.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 6 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
------	--

3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
10.1	Imobilizado
12.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia	49.357	39.946
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	2.764	558
Outras receitas	-	272
Receita operacional bruta	52.121	40.776
(-) Pis e Cofins	(1.903)	(1.479)
(-) Encargos setoriais ⁽¹⁾	(213)	(224)
Receita operacional, líquida	50.005	39.073

(1) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(13.472)	(58)
Energia curto prazo – PLD	(6.464)	(5.178)
Outros	(30)	(30)
Subtotal	(19.966)	(5.266)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão		
Encargos de rede básica	(3.662)	(3.485)
Subtotal	(3.662)	(3.485)
Total dos custos com energia elétrica	(23.628)	(8.751)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(257)	(246)	(503)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(3.338)	(22)	(3.360)
Depreciação e amortização	(10.694)	(108)	(10.802)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(1.286)	3.412	2.124
Total	(15.575)	3.036	(12.539)

	2024		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(126)	(312)	(438)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(2.200)	(21)	(2.221)
Depreciação e amortização	(7.605)	-	(7.605)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(1.355)	(56)	(1.411)
Total	(11.286)	(389)	(11.675)

(1) Inclui materiais, aluguéis, tributos e demais custos diversos. Em 2025 ocorreu a indenização por lucro cessante referente a sinistro ocorrido em 2023 no valor de R\$ 3.442.

5.1 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços técnicos e manutenções	(2.324)	(1.236)
Consultoria e auditoria	(14)	(12)
Outros serviços	(1.022)	(973)
Total	(3.360)	(2.221)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.257	3.610
Outras receitas financeiras	6	10
	4.263	3.620
Despesas Financeiras		
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais ⁽²⁾	79	(267)
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	(25)	(18)
	54	(285)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(5)	-
	(5)	-
Resultado financeiro líquido	4.312	3.335

(1) Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento no valor de R\$ 359

(2) Inclui IOF, fiança bancária e outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	18.150	21.982
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(6.171)	(7.474)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	3.140	4.927
Tributos sobre o lucro	(3.031)	(2.547)
Alíquota efetiva	17%	12%
Corrente	(3.031)	(2.547)

7.1.2 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos,

bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	-	178
Fundos de investimento	28.897	30.221
Total	28.897	30.399

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% do CDI (99,90% em 31 de dezembro de 2024).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	26.826	30.221
CDB	2.071	-
Total	28.897	30.221

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
	Recebível	Recebível
Fornecimento de energia	8.544	6.203
Comercialização de energia na CCEE	138	-
Total	8.682	6.203

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

9.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	3,10% - 6,67%	3,10% - 3,49%	14,29%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	190.600	11.749	1.213	-	203.562
Adições	-	-	-	1.072	1.072
Baixas ⁽¹⁾	(2.740)	-	-	-	(2.740)
Depreciação	(8.948)	(1.177)	(233)	-	(10.358)
Transferências entre classes	3.583	(2.727)	-	(856)	-
Transferências - Outros ativos	-	(204)	-	-	(204)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	182.495	7.641	980	216	191.332
Custo	206.256	8.495	1.616	216	216.583
Depreciação acumulada	(23.761)	(854)	(636)	-	(25.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	172.397	33.768	1.443	-	207.608
Adições	854	-	-	2.705	3.559
Depreciação	(4.750)	(2.625)	(230)	-	(7.605)
Transferências entre classes	22.099	(19.394)	-	(2.705)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	190.600	11.749	1.213	-	203.562
Custo	199.969	16.870	1.618	-	218.457
Depreciação acumulada	(9.369)	(5.121)	(405)	-	(14.895)

(1) O valor de 2.740 refere-se a reavaliação da provisão de desmantelamento, conforme nota 12.

10.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

II. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	2025	2024
Energia elétrica	5.783	2.257
Encargos de uso da rede	304	288
Materiais e serviços	1.736	7.106
Total	7.823	9.651

12. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisões para processos judiciais (nota 12.1)	107	99
Provisão para obrigações ambientais (nota 12.2)	882	607
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 12.2)	836	3.383
	1.825	4.089
Passivo circulante	838	322
Passivo não circulante	987	3.767

12.1 Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<u>Provisões cíveis</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	99
Adições e reversões, líquido	(2)
Atualização monetárias	10
Saldos em 31 de dezembro de 2025	107
Saldos em 31 de dezembro de 2023	86
Atualização monetárias	13
Saldos em 31 de dezembro de 2024	99

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processos cíveis	4	-
Processos fiscais	-	345
	4	345

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processos cíveis	77	72
	77	72

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 0,5% a.m., para os demais processos.

12.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Provisão para desmantelamento e ambiental

As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

b) Estimativas e julgamento críticos

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

(ii) Provisão para desmantelamento

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

No exercício de 2025, a Companhia revisou as premissas utilizadas na formação dos gastos estimados para o desmantelamento dos parques, alinhando as projeções de mão de obra, materiais e serviços às especificidades de cada região do Brasil. Adicionalmente, a Companhia estendeu o prazo estimado para execução desses gastos em aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de desconto utilizada foi 13,03% e 11,56%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,40% em 31 de dezembro de 2025 (3,50% em 31 de dezembro 2024).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 172.501 (R\$ 172.501 em 31 de dezembro de 2024), representando 172.501.000 ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia Renováveis S/A.

13.1 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia, foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.119	19.435
Reserva legal	(756)	(971)
Lucro líquido ajustado	14.363	18.464
Reserva para investimentos	(718)	(923)
Lucro líquido a distribuir	13.645	17.541
Remuneração		
Mínimo obrigatório	3.591	4.617
Remuneração adicional	10.054	12.924
	13.645	17.541
Natureza da remuneração		
Dividendos	13.645	17.541
	13.645	17.541

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGOE de 30 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios	4.617	0,02676506
AGOE de 30 de abril de 2025	Dividendos adicional proposto	12.924	0,07492130
		17.541	
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios	6.404	0,03712442
		6.404	

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2025	2024
Dividendos:	4.616	6.404
Declarados no exercício	3.591	4.617
Declarados de exercícios anteriores	12.924	-
Pagos no exercício	(17.540)	(6.404)
Saldos finais	3.591	4.617

13.2 Reservas de lucros

13.2.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

13.2.2 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos

13.3 Política contábil material

O Capital social representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

OITIS 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

14.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia S.A	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	8.044	-	8.044	5.725	-	5.725
	8.044	-	8.044	5.725	-	5.725
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a)	3.758	3	3.761	1.970	-	1.970
Dividendos a pagar (b)	-	3.591	3.591	-	4.617	4.617
Outros Passivos	11	27	38	31	20	51
	3.769	3.621	7.390	2.001	4.637	6.638

14.2 Transações com partes relacionadas

	2025		2024	
	Subsidiárias da Neoenergia S.A	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	43.631	43.631	34.469	34.469
Custos dos serviços (a)	(14.366)	(14.366)	(6.381)	(6.381)
Despesas gerais e administrativas	(246)	(246)	(312)	(312)
	29.019	29.019	27.776	27.776

OITIS 1 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

14.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 14.1 e 14.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	IPCA	15 anos	2041	4.324	29.755
b)	Neoenergia Renovável S.A.	Dividendos a pagar	N/A	N/A	2025	(3.591)	-

14.4 Remuneração da administração (pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	28.897	178	30.221
Títulos e valores mobiliários	-	764	-	-
Contas a receber de clientes e outros	8.682	-	6.203	-
	8.682	29.661	6.381	30.221
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	7.823	-	9.651	-
Outros passivos financeiros	160	-	113	-
	7.983	-	9.764	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

15.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.6, (análise de sensibilidade).

15.3 Instrumentos Financeiros Reconhecidos Pelo Valor Justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025	2024
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	28.897	30.221
Títulos e valores mobiliários	764	-
	29.661	30.221

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

15.4 Instrumentos Financeiros Reconhecidos Pelo Custo Amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

15.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

15.6 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado par aos próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

OITIS I ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	29.661	1.048	(150)	(303)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Diretores

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Oitis 1 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.211.213/0001-84, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Oitis 1 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Oitis 1 relativas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Marcelo José Cavalcanti Lopes

Rodolfo Fernandes da Rocha

Diretores